

HABEAS CORPUS Nº 570.557 - SP (2020/0079649-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **CLAUDINEI DONIZETE BERTOLO**
ADVOGADO : **CLAUDINEI DONIZETE BERTOLO - SP286948**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **ORLANDO CAPELO (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ORLANDO CAPELO no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do São Paulo, que, no HC n. 2059264.2020.8.26.0000, indeferiu o pedido de liminar.

Consta dos autos que, comunicado acerca do flagrante, o Juízo de São Sebastião da Gramma/SP converteu a prisão de ORLANDO em preventiva, pelo suposto crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas), por, em conjunto com outros 3 corréus, transportar e trazer consigo, para fins de tráfico, uma porção de cocaína, pesando cerca de 100g (cem gramas) – e-STJ fl. 46.

Inconformada, a defesa impetrou *writ* com pedido liminar na Corte estadual, alegando a ausência dos requisitos autorizadores da prisão cautelar.

O pleito liminar foi, contudo, indeferido pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 19/21).

Na presente impetração, a defesa reafirma as alegações originárias, pleiteando a revogação da constrição provisória, uma vez superado o enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal (e-STJ fls. 3/14).

Sustenta, ainda, que "*o paciente Orlando não tem envolvimento nenhum com o tráfico de entorpecente, onde não possui nenhuma passagem criminal, sendo casado a mais de 27 anos, possui 4 filhos, residência fixa, trabalha a mais de 20 (vinte) anos no ramo avícola (criação de frango de granja) e o paciente também tem pressão alta, fazendo uso de remédio contínuo, devido a Pandemia do Coronavírus (Covid19), estando no grupo de risco*" (e-STJ fl. 6).

É, em síntese, o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

Decido.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não cabe *habeas corpus* ante decisão que indefere liminar em idêntica via, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal).

Em juízo de cognição sumária, contudo, visualizo ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, mormente em razão da quantidade de droga apreendida na posse do paciente, a saber, **100g – cem gramas de cocaína**.

Com efeito, apesar de o decreto de prisão preventiva mencionar a quantidade de droga, que não se pode afirmar ser pequena, não se infere daí, *tout court*, periculosidade hábil a justificar a imposição da medida cautelar mais gravosa.

Nesse sentido, destaca-se o seguinte julgado:

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO DE RELATOR QUE INDEFERIU LIMINAR NA ORIGEM. SUPERVENIÊNCIA DE JULGAMENTO DO MÉRITO NA CORTE LOCAL. ORDEM DENEGADA. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DE PORTE DA DROGA PARA USO. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTOS DA CUSTÓDIA. PEQUENA QUANTIDADE DO ENTORPECENTE. DESPROPORCIONALIDADE DA MEDIDA EXTREMA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.

1. A aceitação de habeas corpus impetrado contra decisão que indeferiu a liminar em prévio writ se submete aos parâmetros da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, somente afastada no caso de excepcional situação, o que ocorre na espécie dos autos.

2. Com o julgamento superveniente do habeas corpus e a denegação da ordem, o Tribunal de Justiça transmuda-se em autoridade coatora.

3. A desclassificação da conduta para o delito de porte de substância para uso próprio não pode ser apreciada na via eleita, já que a questão demanda profundo exame fático-probatório, incompatível a ação constitucional de rito célere e de cognição sumária.

4. As instâncias ordinárias adotaram a suposta reincidência como fundamento para decretação da prisão preventiva, apesar de não haver maiores especificações quanto à ação penal ensejadora da reiteração delitiva. Conquanto o argumento adotado demonstre a possibilidade de que, solto, volte o acusado a delinquir, há outras

Superior Tribunal de Justiça

medidas, com igual eficácia e adequação, aptas a afastar o periculum libertatis. O delito supostamente praticado não envolveu violência ou grave ameaça contra pessoa, não há indicativos de que seja o paciente danoso ao convívio social ou tenha comportamento violento, além de ser pequena a quantidade de drogas apreendida em seu poder (12 g de cocaína). Precedente.

5. Ordem concedida para garantir ao paciente o direito de aguardar solto o julgamento da ação penal, mediante o cumprimento da determinação de comparecimento a todos os atos processuais e das demais cautelas a serem aplicadas pelo Juiz do processo. Fica assegurada ao Juízo singular a decretação de nova custódia em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força das cautelares ou de superveniência de motivos novos e concretos para tanto.

(HC 472.956/SP, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 07/02/2019, DJe 07/03/2019, grifei.)

Dessarte, seria necessário que fossem apontados dados concretos, extraídos de elementos obtidos nos autos, suficientes para demonstrar a necessidade da prisão cautelar.

Ante o exposto, **defiro a liminar** para determinar a soltura do paciente, se por outro motivo não estiver preso, a fim de que aguarde em liberdade o julgamento definitivo do presente *writ*, mediante imposição pelo Juízo local e a seu critério de medidas cautelares constantes do art. 319 do Código de Processo Penal.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator